

HABEAS CORPUS Nº 454.362 - MG (2018/0141809-4)

RELATOR : **MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR**
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
PACIENTE : RAFAEL BRUNO DOS REIS PINA (PRESO)

EMENTA

EXECUÇÃO PENAL. *HABEAS CORPUS*. INSURGÊNCIA CONTRA A APLICAÇÃO DA DETRAÇÃO PENAL E DETERMINAÇÃO DO INÍCIO DO CUMPRIMENTO DA PENA PRIVATIVA DE LIBERDADE NO DIA IMEDIATAMENTE APÓS O CUMPRIMENTO INTEGRAL DA REPRIMENDA MAIS ANTIGA. IMPROCEDÊNCIA. INEXISTÊNCIA, ADEMAIS, DE DEMONSTRAÇÃO DE QUE O PACIENTE TERIA SIDO PREJUDICADO PELA FALTA DE UNIFICAÇÃO DE PENAS. CONSTRANGIMENTO ILEGAL. AUSÊNCIA.
Ordem denegada.

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* ajuizado em nome de **Rafael Bruno dos Reis Pina**, em que se aponta como autoridade coatora o Tribunal de Justiça de Minas Gerais.

Narram os autos que o paciente cumpre pena privativa de liberdade em razão de condenações pelos crimes de tráfico e associação para o tráfico de drogas.

O Juízo de primeiro grau, analisando pedido de retificação de penas ajuizado pela Defensoria Pública estadual, indeferiu o pleito por considerar que o cumprimento da pena decorrente da nova condenação deverá se iniciar no dia posterior ao cumprimento da pena privativa de liberdade extinta em razão do integral cumprimento (31/10/2014).

Inconformada, a defesa interpôs agravo de execução penal na colenda Corte de origem, que negou provimento ao apelo (Agravo em Execução n. 1.0647.14.011490-9/001):

AGRAVO EM EXECUÇÃO PENAL. RETIFICAÇÃO DO LEVANTAMENTO DE PENAS. DATA DA PRISÃO EM FLAGRANTE. IMPOSSIBILIDADE. PERÍODO JÁ CONSIDERADO PARA EXTINÇÃO DE SANÇÃO ANTERIOR. DUPLICIDADE NA CONTABILIZAÇÃO DAS REPRIMENDAS. IMPOSSIBILIDADE. RECURSO DESPROVIDO.

- Já tendo sido utilizado para extinção de sanção anterior o tempo de prisão cumprida desde o flagrante, não se há falar em retificação do levantamento de

penas, a fim de se evitar a duplicidade na contabilização das reprimendas.

Aqui, aduz-se que, no atestado de pena do paciente consta data diversa da qual efetivamente fora preso em flagrante, de modo que houve a desconsideração do período de pena por ele já cumprido.

Argumenta-se que *o sentenciado se encontra preso provisoriamente desde 11/07/2013, o correto é que seja feita a retificação do seu levantamento de penas para fazer constar a referida data, conforme declarações do presídio (fls. 8-TJ e fls. 38-TJ, 47-TJ) e do próprio auto de prisão em flagrante delito, e não que ele tenha sido preso novamente em flagrante em 31/10/2014, como pretendido pelo Parquet e decidido no Acórdão (fl. 5).*

Requer-se, em caráter liminar, seja concedido o direito de o paciente *aguardar o julgamento do presente Habeas corpus usufruindo dos benefícios que adquiriu ao longo do tempo faticamente encarcerado* (fl. 7). No mérito, busca-se a concessão da ordem para retificar o atestado de pena do reeducando, a fim de constar a data de sua última prisão aquela do flagrante havido em 11/7/2013.

Em 15/6/2018, indeferi o pedido liminar (fls. 98/99).

Prestadas as informações (fls. 105/123), o Ministério Público Federal opinou pela denegação da ordem (fls. 125/127).

É o relatório.

Não me convenci do alegado constrangimento.

Com efeito, alega o impetrante que deve ser considerada como início do cumprimento da pena imposta ao paciente, em relação à condenação pelos crimes de tráfico e associação para o tráfico de drogas, a data em que ele foi preso em flagrante (11/7/2013).

Ocorre que, ao que se tem dos autos, à época da prisão em flagrante, o paciente já cumpria pena em razão de outra condenação, o que fez com que o Juízo de primeiro grau detraísse da condenação mais antiga o período em que ele ficou custodiado

em razão do segundo processo, determinando, por conseguinte, a extinção da pena privativa de liberdade, situação que ensejou como marco inicial para o cumprimento da segunda condenação, o dia seguinte ao cumprimento da pena anterior.

Ao assim proceder, o Magistrado observou os exatos limites ao devido cumprimento da pena, evitando, com isto, o cumprimento simultâneo de duas condenações, o que não é admissível.

Ademais, o impetrante não apresentou documento dando conta da data exata do trânsito em julgado da segunda condenação, elemento indispensável para verificar se deveria ter sido realizada a unificação de penas.

Em face do exposto, **denego** a ordem.

Publique-se.

Brasília, 11 de junho de 2019.

Ministro Sebastião Reis Júnior
Relator